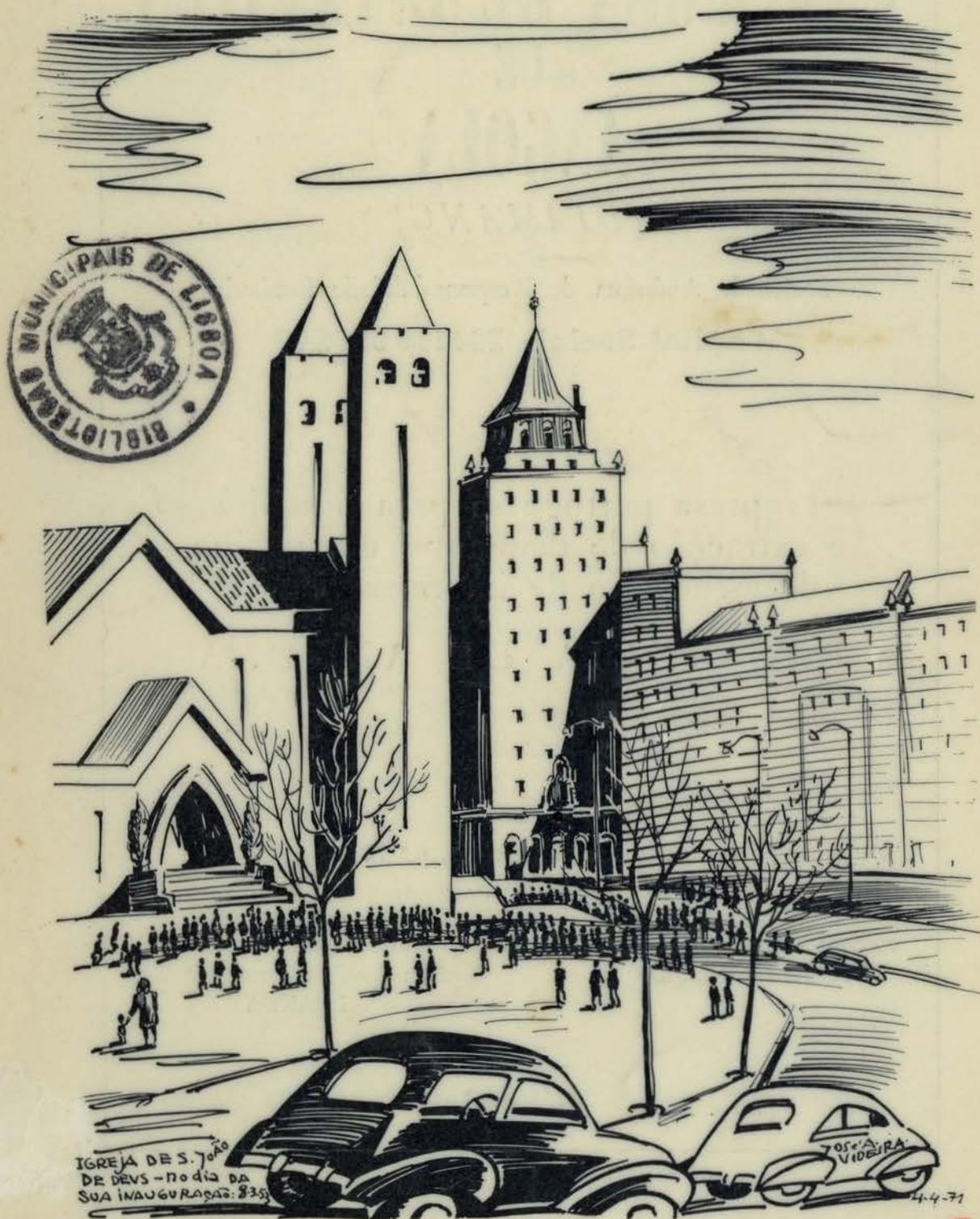


OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Social: 294100 000\$00



Empresa portuguesa para pesquisa
e extracção de diamantes em regime
de associação de interesses com a

PROVÍNCIA DE ANGOLA



SEDE SOCIAL

Rua dos Fanqueiros, n.º 12
LISBOA

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
DUNDO — ANGOLA

REPRESENTAÇÃO EM ANGOLA
Rua Avelino Dias, n.º 59
LUANDA

TELEGRAMAS :
DIAMANG

OLISIPO

ANO XXXIII SETEMBRO/DEZEMBRO DE 1970 N.º 131

Direcção, Edição e Propriedade
do
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º – Tel. 32 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. – S. Vicente de Fora – R. Voz do Operário, 5-A



SUMÁRIO

	Pág.
IGREJA DE S. DOMINGOS por <i>Fernanda Mouzinho de Albuquerque</i>	103
AINDA A PROPÓSITO DO BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO INSIGNE POLIGRAFO E ESTADISTA LISBOETA SILVESTRE PI- NHEIRO FERREIRA. O SEU PAPEL DE PRECURSOR EVIDEN- CIADO NO PROJECTO DA «ASSOCIAÇÃO DAS CLASSES IN- DUSTRIOSAS»	107
RECORDANDO DOIS NOTÁVEIS CANTORES LISBOETAS, GRANDES INTÉRPRETES DE «FALSTAFF» E DE «DOM JOÃO», ÓPERAS DE QUE ACTUALMENTE O TEATRO NACIONAL DE S. CAR- LOS ESTÁ APRESENTANDO NOVAS ENCENAÇÕES pelo <i>Eng.º Júlio Eduardo dos Santos</i>	113
ACTIVIDADE CULTURAL DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1970 ...	122
FEIRA DA LADRA	124
CAPA: IGREJA DE S. JOÃO DE DEUS NO DIA DA SUA INAUGU- RAÇÃO — Desenho de <i>J. A. Videira</i>	

VINHETAS DE *J. A. Videira e Figueiredo Sobral*

Distribuição gratuita a todos os sócios
Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

CORPOS GERENTES DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Triénio 1970/72

JUNTA DIRECTIVA

- Presidente* — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves
Vice-Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata
Secretário-Geral — Dr. José Cassiano Neves
Secretário-Geral Adjunto — Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho
Tesoureiro — Inocêncio Castelhana
Vogais — Cor.-Art. Aníbal Afra Nozes
Dr. Paulo Caratão Soromenho
Padre Francisco dos Santos Costa
Arq.^a Dr.^a D. Ana-Maria Pereira da Gama

ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente* — Brigadeiro D. João António Saldanha
de Oliveira e Sousa (Conde de Rio Maior)
Vice-Presidente — Professor Armando de Lucena
1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues
2.º Secretário — Marcial Pereira Mendes

COMISSÃO DE CONTAS

- Presidente* — Cor.-Art. Francisco P. de Lacerda Machado
Secretário — Hygino Nunes da Silva
Relator — Dr. Francisco Gonçalves Couto Santos

IGREJA DE S. DOMINGOS

por FERNANDA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

O problema sempre candente da restauração da Igreja de S. Domingos veio outra vez à luz da Imprensa através do meu artigo publicado no saudoso jornal A VOZ em 5/1/1971. O Grupo *Amigos de Lisboa* convocou uma reunião extraordinária para tratar do caso junto de Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas e convidou-me a escrever sobre o assunto na revista OLISIPO. Aproveito esta honrosa colaboração para trazer aos seus leitores o conhecimento da prestante acção em prol de S. Domingos exercida pelo ilustre Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Ex.^{mo} Senhor Engenheiro Segismundo da Câmara Saldanha, transcrevendo o seu brilhante discurso proferido na sessão mensal da mesma Câmara em Junho de 1966. Disse ele:

«Nas reuniões desta Câmara de Agosto de 1960, de Agosto e Dezembro de 1964 e de Setembro de 1965, referi-me à reconstrução da Igreja de S. Domingos, destruída por um incêndio em 1959, há sete longos anos. De todas as vezes que tratei do assunto fi-lo no sentido de se procurar a reconstrução daquele Templo, no que, até à data, não se avançou nem um passo. Num País tão católico como o nosso, custa a crer que não seja possível arranjar-se «verba» para a reconstrução de uma das mais belas Igrejas da nossa Capital. Conforme já aqui afirmei não cabe à Câmara qualquer responsabilidade no assunto, mas não parecerá mal que a mesma Câmara solicite a quem de direito que se acabe com aquela ruína de tão mau aspecto. Sobre a minha intervenção de 19 de

Agosto de 1964, dignou-se Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, sempre atento a assuntos desta natureza, informar do andamento do mesmo... como porém já passaram dois anos, volto a lembrá-lo. No jornal A VOZ de 1 do corrente António Manuel, num artigo intitulado A IGREJA DE S. DOMINGOS E O TURISMO, descreve com o maior brilhantismo a história desta Igreja e faz as seguintes afirmações que não resisto a transcrever:

Numa época em que tanto se fala de Turismo, é verdadeiramente vergonhoso o espectáculo que se oferece aos estrangeiros ali mesmo no centro da Cidade com a Igreja de S. Domingos, uma das maiores de Lisboa, reduzida a escombros há uma dúzia de anos. Paredes carbonizadas, telhados de taboinhas, estátuas decepadas, lages partidas, num estado de abandono que confrange, como possivelmente nunca estiveram as Igrejas de Espanha destruídas pela fúria comunista na Guerra Civil Espanhola. É uma vergonha nacional e um desleixo que se não pode explicar aos estrangeiros que nos visitam. Ali se celebraram pomposos actos de culto, exéquias nacionais, baptizados e casamentos de Reis. Ligada à Nação por oito séculos de história coeva da monarquia, a dignidade nacional reclama urgentemente a sua reconstrução.

Eu terminarei estas breves palavras pedindo que me seja perdoado tratar pela quinta vez em reunião pública de um assunto que tanto me apaixonou.»

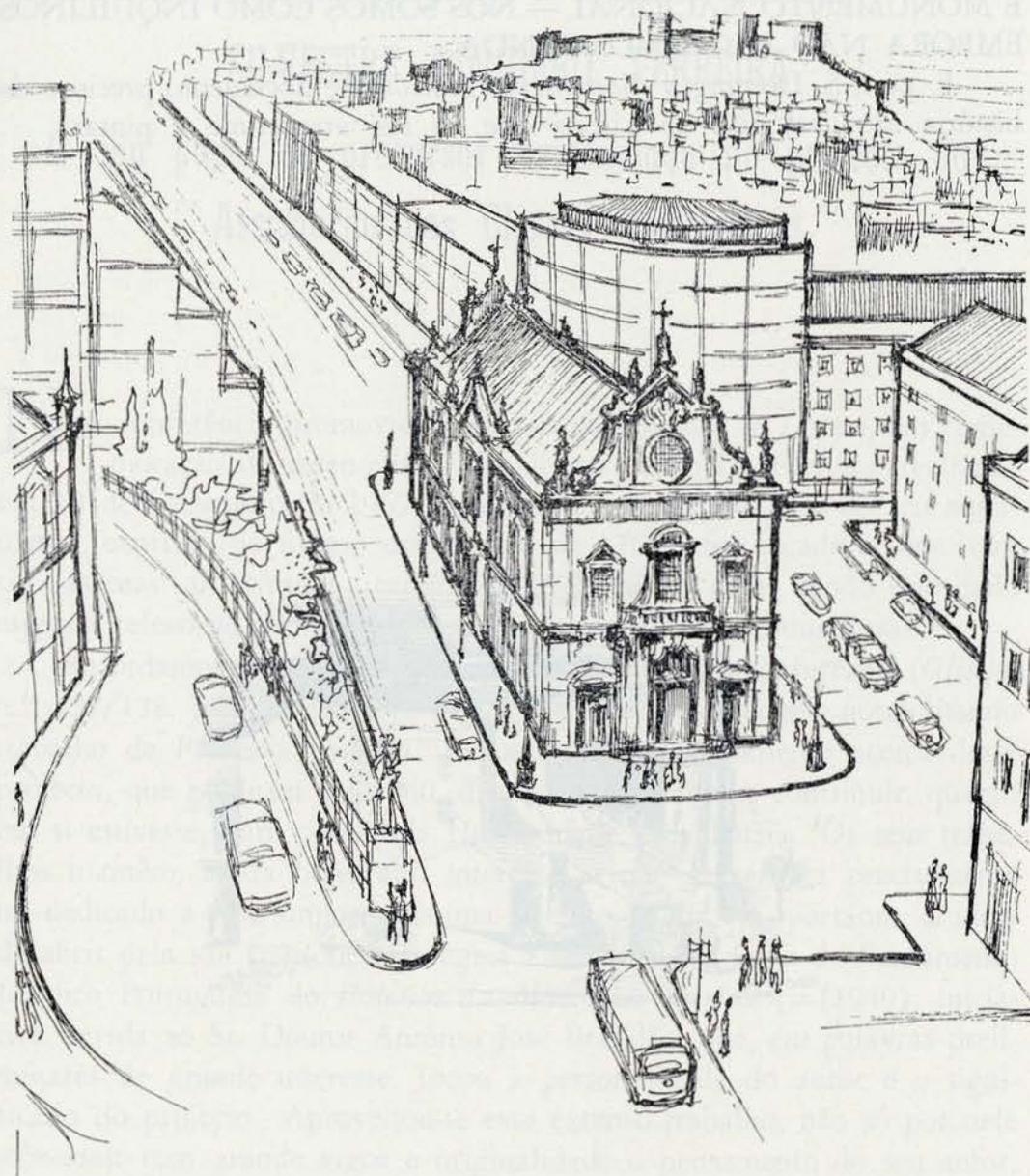
Desde 1966 decorreram 5 anos. Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa de Fevereiro de 1971, o ilustre e dinâmico actual Presidente, Ex.^{mo} Senhor Engenheiro Santos e Castro, propôs-se enèrgicamente salvar a Avenida da Liberdade da picareta destruidora da Capital do nosso Império.

As suas palavras «*A Avenida da Liberdade deve ser defendida de uma reconstrução sem sentido nem critério, de que é deplorável exemplo a Avenida da República*» dão-me uma grande esperança no que respeita a S. Domingos. À Câmara está confiada a urbanização de Lisboa...

Eu abuso decerto das transcrições, mas é que, à míngua de autoridade pessoal, tenho de buscar apoio em autoridade alheia. Em artigo de fundo de 25/10/63 escrevia o DIÁRIO DE NOTÍCIAS:

Impõe-se uma medida de protecção às velhas casas de Lisboa, a todos os edifícios que, não sendo monumentos nacionais, dão carácter à Cidade, têm interesse artístico e representam aquilo a que poderíamos chamar a documentação arquitectónica da Capital através os séculos.

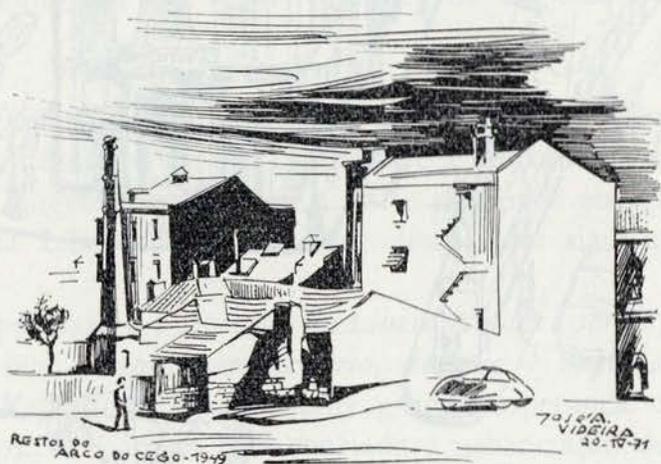
Ora S. Domingos é muito mais do que isso. S. Domingos é Monumento Nacional e, no que respeita a documentação arquitectónica da Capital através os séculos, pela sua grandiosidade e pela sua situação é o primeiro Templo de Lisboa, o eixo em torno do qual giraram muitos dos principais acontecimentos da História Cidadina. Por me dizerem que isto



*Solução urbanística do local, proposta pelo artista Óscar Pinto Lobo.
Perspectiva do templo, quando reconstruído*

poderá ser útil, ousarei escrever uns 10 ou 12 quadros pintados por mão de leigo, mas que oportunamente lembrarão, neste momento crucial, o papel de S. Domingos na História Olisiponense. Não focarei apenas o ponto de vista religioso que, para mim, é o primacial, mas que não conta para uma minoria que, em todo o caso, existe. Escreveu o seu Prior — o Reverendo e modelar Cónego Correia de Sá — S. DOMINGOS É MONUMENTO NACIONAL — NÓS SOMOS COMO INQUILINOS EMBORA NÃO PAGUEMOS RENDA.

É, pois, S. Domingos *Monumento Nacional* e documento precioso da história arquitectónica de Lisboa que eu irei atrever-me a pintar.



Ainda a propósito do bicentenário do nascimento
do insigne polígrafo e estadista lisboeta

SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

O seu papel de precursor evidenciado no projecto da
" Associação das Classes Industriosas "

NA conferência promovida pelo Grupo *Amigos de Lisboa*, em comemoração do bicentenário de Silvestre Pinheiro Ferreira, realizada em 18 de Dezembro de 1969 (pouco antes da precisa data do seu nascimento, ocorrido no último dia do ano de 1769), foi focada a importância das suas iniciativas e a originalidade de muitas delas, tendo sido dado especial relevo ao projecto da Associação das Classes Industriosas.

Recordamos a alusão que, na síntese da sobredita conferência (*Olisipo* n.ºs 127/128, Julho/Dezembro 1969), foi consagrada àquele notabilíssimo trabalho de Pinheiro Ferreira: Expondo o seu pensamento acerca desse projecto, que publicou em 1840, disse considerar dever contribuir, quanto em si estivesse, para o bem da Humanidade e da Pátria. Os seus trabalhos mantêm, ainda hoje, alto interesse, o que se verifica precisamente no dedicado a essa importantíssima questão. Feliz foi, portanto, a ideia de abrir pela sua transcrição integral a secção «Antologia do Pensamento Jurídico Português» do *Boletim do Ministério da Justiça* (1949), iniciativa devida ao Sr. Doutor António José Brandão, que, em palavras preliminares de grande interesse, focou a personalidade do autor e o significado do projecto. Aproveitou-se esse extenso trabalho, não só por nele sobressair com grande vigor e originalidade o pensamento do seu autor, mas também por mostrar como Portugal, por seu intermédio, se preocupou com certos problemas europeus da época, tomando posição reflectida ante eles e chegando ao ponto de sugerir soluções precursoras.

Analisando o caso, concluiu o Doutor A. J. Brandão, com sua especial autoridade, que por via de regra, os precursores são contrariados pela Sociedade a que pertencem, mas que ultrapassaram: «Foi assim preciso que decorresse um século para que a consciência dos Portugueses e dos Europeus se tornasse receptiva para ideias semelhantes às que Silvestre Pinheiro Ferreira tão clara e sistemáticamente expôs no projecto de lei», (documento que contém 214 artigos).

Afigurando-se-nos ser de assinalado interesse arquivar em *Olisipo* os fundamentos do proposto pelo estadista-filósofo, apresentamos a carta, dirigida por este a Osborne Henrique de Sampaio e que antecede a primeira impressão do projecto:

«A classe industriosa, ou que vive do trabalho, bem que seja a mais numerosa e útil da sociedade, tem sido infelizmente até agora, em toda a parte, menos contemplada e favorecida do que podia, e devia ser. Milhares de indivíduos perecem vítimas da miséria e da enfermidade, ou jazem no desprezo e nulidade do vício ou da incapacidade, por falta de educação e de adequadas providências, com que poderiam tornar-se úteis a si mesmos e à sociedade. Ocorrer pois aos graves danos, que deste abandono e descuido provêm à Humanidade, procurando a conservação e aproveitamento de uma classe tão numerosa, é um objecto, que interessando ao mesmo tempo a virtude e o saber, excita a simpatia dos corações sensíveis e generosos, ocupa a atenção dos governos, e a meditação dos homens de Estado, isto é, daqueles que, por vocação ou ofício, se dedicam a promover o melhoramento ou a reforma do estado social.

... ..

De boamente consito nesta publicação [a do projecto em referênciã], não porque me lisongeie de ter achado a completa solução de um problema tão importante como vasto e complicado, mas porque julgo de meu dever contribuir, quanto em mim estiver, para o bem da Humanidade e da Pátria.

A miséria, que oprime a classe laboriosa em Portugal, está essencialmente conexas com as causas que nos trouxeram o estado político em que nos achamos; e tanto aquella, como esta desgraça, não podem achar verdadeira cura, senão em uma adequada e completa reforma da organização social.

Pode-se afirmar que em toda a parte onde a indústria não achar emprego ou trabalho, e este não for devidamente remunerado, esse funesto efeito procede de vício na constituição do Estado.

Por não haverem reconhecido estas verdades é que os escritores, que emprenderam resolver o problema de melhorar a sorte das classes laboriosas, ficaram tanto aquém da desejada solução.

É verdade que alguns se lisongearam de chegar indirectamente a esse fim, oferecendo diversos planos de associação; mas os seus esforços apenas conseguiram formar algumas comunidades de cenobitas, tais como os Herrn-hutas ou os da Trape, que ficaram inteiramente separados do resto da sociedade; pois era impossível que a parte menor da sociedade civil influísse na massa geral, a ponto de fazer recuar o progresso da viciosa civilização em que, desde a restauração das letras e das artes, se acham todas as nações.

Platão, Campanela, Tomás Moro, Fenelon, Bodin e alguns outros escritores imaginaram várias sociedades organizadas na maneira que lhes pareceu mais própria para evitar os defeitos que haviam notado nas nações cuja organização lhes era conhecida.

Mas estes homens doutos nunca pretenderam que fosse possível fazer passar nenhuma nação existente do seu estado actual àquele que, segundo eles, seria exemplo dos inconvenientes que nela se pudessem encontrar.

Cada uma daquelas concepções nada mais era do que um ideal que seus autores ofereciam aos legisladores, não para os adoptarem na sua totalidade pois isso era evidentemente impossível, mas para dali tomarem o mais que possível fosse, para melhorar a sorte das nações que se tratasse de reformar.

Em nossos dias, três homens distintos têm tentado o melhoramento das classes laboriosas, mediante a reforma da sociedade em geral: S. Simon, Fourier e Owen.

O primeiro e seus discípulos, tendo traçado com vivas cores o quadro dos vícios e torpezas que desfiguram hoje a sociedade, apenas assentaram algumas balizas para a cura de tamanhos males; mas nem sequer tentaram apresentar o esboço de um plano de reforma; e nestas ideias soltas, que em seus discursos se abalançaram a proclamar, nada mais fizeram do que substituir erros e abusos. Por certo, grandes desgraças pesam sobre as nações, mas no meio da geral corrupção os princípios de uma sã moral são geralmente conhecidos e sinceramente confessados, enquanto os princípios de moral e de política professados por S. Simon

e seus discípulos são de tal modo contrários ao senso comum que a consciência pública se revoltou, e aquela sociedade morreu quase à nascença.

Igual sorte espera a associação que Fourier se lisonjeava de haver legado à posteridade. Este homem extraordinário, dotado de uma concepção mais vasta do que a de S. Simon, mas fascinado por uma imaginação mais ardente, coordenou um plano de associação digno de figurar entre os cantos de *Mil e uma Noite*, porém tão acomodado à tendência romanesca do presente século que tem atraído os aplausos da mocidade e do vulgo, duas classes que mais facilmente se deixam levar pela fantasia.

Entretanto os princípios em que este plano é fundado são tão contrários à natureza do coração humano e aos hábitos sociais de todas as nações do Universo, que a opinião da gente sensata logo reconheceu a impossibilidade da sua execução.

O terceiro plano de associação é o de M. Owen, outro homem não menos extraordinário, e cujo plano é mais conforme aos sentimentos e hábitos da geração actual em Inglaterra e nos Estados Unidos da América setentrional, onde ele tentou estabelecê-lo.

Dois grandes defeitos, porém, tornam impossível, não digo a erecção, mas a conservação de semelhantes estabelecimentos. O primeiro, e o mais essencial, é a falta absoluta de instituições que dispensem a acção conservadora de um chefe dotado das extraordinárias qualidades que distinguem M. Owen. E com efeito, logo que ele se ausentou dos que havia criado, e que julgava sólidamente constituídos, não só se dissolveram, mas na sua decadência mostraram o vício radical da sua interna constituição: vício que consiste em lhe faltarem muitos dos princípios morais indispensáveis a toda a sociedade humana, ou antes porque aquele filantropo deixando-se arrebatado de certas falsas noções do bom e do honesto, tem adoptado um grande número de princípios imorais.

É certo que, para se obterem todas as garantias de duração para quaisquer providências que se houverem de tomar a bem das classes industriosas, seria necessário ligá-las ao sistema geral da organização política do Estado. Contudo pareceu-me ser possível coordenar um plano de associação daquelas classes que, prescindindo do princípio político, pudesse ser adoptado por toda e qualquer nação, embora o seu governo seja absoluto ou representativo.

Tanto em uma, como em outra forma de governo, as precisões das classes industriosas são as mesmas. Os princípios de onde devem sair os meios de satisfazer aquelas precisões não podem ser outros senão os da

justiça distributiva, e da moral universal, ambas independentes da organização política dos Estados.



As precisões das classes industriosas podem reduzir-se às seguintes rubricas, a saber:

1.^a — Assegurar aos homens industriosos os meios de ganharem sua vida procurando proporcionar a produção ao consumo;

2.^a — Emprestar aos empresários os capitais de que carecerem para suas especulações, tomando-se as necessárias cautelas contra quaisquer sortes de abusos;

3.^a — Adiantar os meios indispensáveis de subsistência aos indivíduos que se acharem desocupados por falta de saúde, ou por não acharem trabalho em que se ocupem;

4.^a — Prover a que os inválidos destituídos de bens próprios recebam da sociedade os socorros correspondentes à consideração que lhes for devida, segundo o seu procedimento e graduação;

5.^a — Premiar a virtude e punir o vício;

6.^a — Criar meios de recreação tendentes a desenvolver as faculdades físicas e morais, em vez dos divertimentos ineptos ou viciosos a que aquelas classes costumam entregar-se;

7.^a — Prover à educação das crianças, principalmente dos órfãos e expostos, começando da mais tenra idade que for possível, até que cada um possa exercer a profissão para que for mais apto.

Eu não conheço plano algum de reforma social que pareça destinado a satisfazer todos estes quesitos, senão o da sociedade dos Herrnhutas ou irmãos Moravos, existentes na Alemanha e nos Estados Unidos da América setentrional. Entretanto a organização desta sociedade, tomando por base um certo número de princípios tendentes a isolá-la de todas as outras associações humanas, torna impossível que ela venha a formar um corpo de nação. Assim, por mais respeitável que seja, e na verdade é, aquela instituição, o seu plano está muito longe de resolver o problema de reforma das classes industriosas, consideradas como parte integrante de qualquer nação civilizada.

Cumpra não perder de vista que se trata, não só de reformar a geração presente, mas de preparar uma melhor condição para as gerações futuras.

Para se conseguir o primeiro daqueles dois fins é forçoso contar com os defeitos, não menor que com as boas qualidades das classes que se

intentam reformar. Bem longe de pretendermos contrariar os hábitos adquiridos pelas pessoas de que elas se compõem: é deles que havemos de partir; quer seja para os fortificar, se forem bons, quer seja para os modificar gradualmente, se forem viciosos.

Os vícios, quaisquer que eles sejam, devem ser considerados como abusos de alguns daqueles instintos, que o Criador depositou no coração do homem.

É, pois, no desenvolvimento dessa propensão primitiva, mas desenvolvimento conforme aos princípios da sã moral, que deve assentar o plano de reforma.

Falsas ideias acerca dos direitos e deveres de paternidade constituem um dos maiores obstáculos à adopção de um sistema de educação conforme aos verdadeiros interesses dos alunos e da sociedade. Aquelas falsas ideias, porém, derivam de um inconsiderado amor dos pais com seus filhos. É, pois, desse mesmo amor que o plano de organização dos colégios deve partir para que os próprios pais entendam que exercem seus direitos ao mesmo tempo que satisfazem os seus deveres, entregando a pessoas dignas da sua confiança a educação de seus filhos, na certeza de que por este modo, não só se desoneram de um encargo que por si sós não poderiam desempenhar, mas asseguram aos seus mesmos filhos um futuro, a que não poderiam aspirar, se fossem educados na casa paterna.

Tais são as bases sobre que hei coordenado o *Projecto de Associação das Classes Industriosas*, que ofereço como o único meio próprio, na minha opinião, para levantar aquelas classes do estado de abatimento em que actualmente jazem, e assegurar-lhes uma sorte futura proporcional ao merecimento de cada um dos seus membros, sem favor nem privilégio.

Tive particularmente em vista tornar esta associação independente do auxílio do Governo, quanto fosse possível, por conhecer quão pouco tempo resta às pessoas encarregadas de dirigir os complicados negócios de um Estado para descerem aos pormenores, que exigiria uma semelhante assistência a favor das classes industriosas. A associação que proponho não precisa senão do primeiro impulso pelo modo indicado no princípio do projecto, a fim de se reunir a primeira assembleia, como cumpre, com o assenso, e debaixo das vistas do Governo do Estado. Uma vez dado este passo, de nenhuma outra protecção carece, do que aquela a que em todo país bem organizado tem direito qualquer estabelecimento de comércio ou de indústria.»

Recordando dois notáveis cantores lisboetas, grandes intérpretes de “Falstaff” e de “Dom João” — óperas de que actualmente o Teatro Nacional de S. Carlos está apresentando novas encenações.

O conhecido barítono Tito Gobbi, que na última época e em várias anteriores se apresentou brilhantemente em S. Carlos — como grande artista lírico que é — tomou agora a seu cargo as encenações, em novos moldes, das famosas obras *Falstaff* e *D. João*, respectivamente de Verdi e de Mozart, a primeira no ano em curso e a segunda anunciada para 1971.

Tito Gobbi interpretara já, de modo superior, no glorioso palco do nosso grande teatro, o *Falstaff*; não se fez, porém, ouvir ainda em *D. João*. A propósito, afigura-se-nos interessante lembrar que dois cantores portugueses de grande categoria obtiveram enorme êxito no estrangeiro nestas óperas: D. Francisco de Sousa Coutinho na primeira, e Francisco de Andrade na segunda, perante públicos de grande exigência, como se verificou na Alemanha.

— * —

D. Francisco de Sousa Coutinho (1867 - 1924) — conhecido na vida boémia da sua cidade natal por *Chico Redondo*, o que bem se adaptava à sua alta linhagem, dos Condes de Redondo e Marqueses de Borba, e igualmente à sua figura, pois pesava cento e vinte quilos ou talvez mais... — era filho do 3.º Marquês de Borba, D. Fernando de Sousa Coutinho,

um dos fundadores da Academia de Amadores de Música, à qual durante largos anos prestou valiosa cooperação.

Chico Redondo, cujo nome completo era Francisco de Paula de Portugal de Sousa Coutinho, possuía belíssima voz de barítono — que o famoso tenor Tamagno parece ter classificado da «mais potente do seu tempo» — mas só fugidamente actuou no Teatro de S. Carlos, tendo no entanto conquistado assinalados êxitos no estrangeiro, conjuntamente com muito notáveis artistas líricos, um dos quais o grande tenor citado, cria-



D. Francisco de Sousa Coutinho

dor do *Otelo*, tendo ambos obtido retumbante triunfo precisamente nesta grande obra verdiana.

A sua primeira apresentação em público registou-se no Teatro de S. João, do Porto, em récita de amadores, em que interpretou o papel de Valentim do *Fausto*, a ópera em que viria a revelar-se ao público da nossa primeira cena lírica. O sucesso obtido na capital do norte animou-o a aperfeiçoar-se na arte do canto, tendo para o efeito partido para Itália, a conselho do seu primeiro professor da especialidade, o compositor, tenor e violinista Alfredo Gazul, primo do maestro Francisco de Freitas Gazul, autor da ópera *Frei Luís de Sousa*, que foi cantada em S. Carlos.



O notável barítono na ópera *Palhaços*

Nota interessante é assinalar que, no sobredito espectáculo do Porto, actuou também um tenor, que veio a abraçar a carreira lírica, mas durante curto período: Álvaro Salvaterra, de seu verdadeiro nome Álvaro Roquete, da família dos Barões de Salvaterra de Magos, que chegou a interpretar o *Fausto* no *Covent Garden*, de Londres.

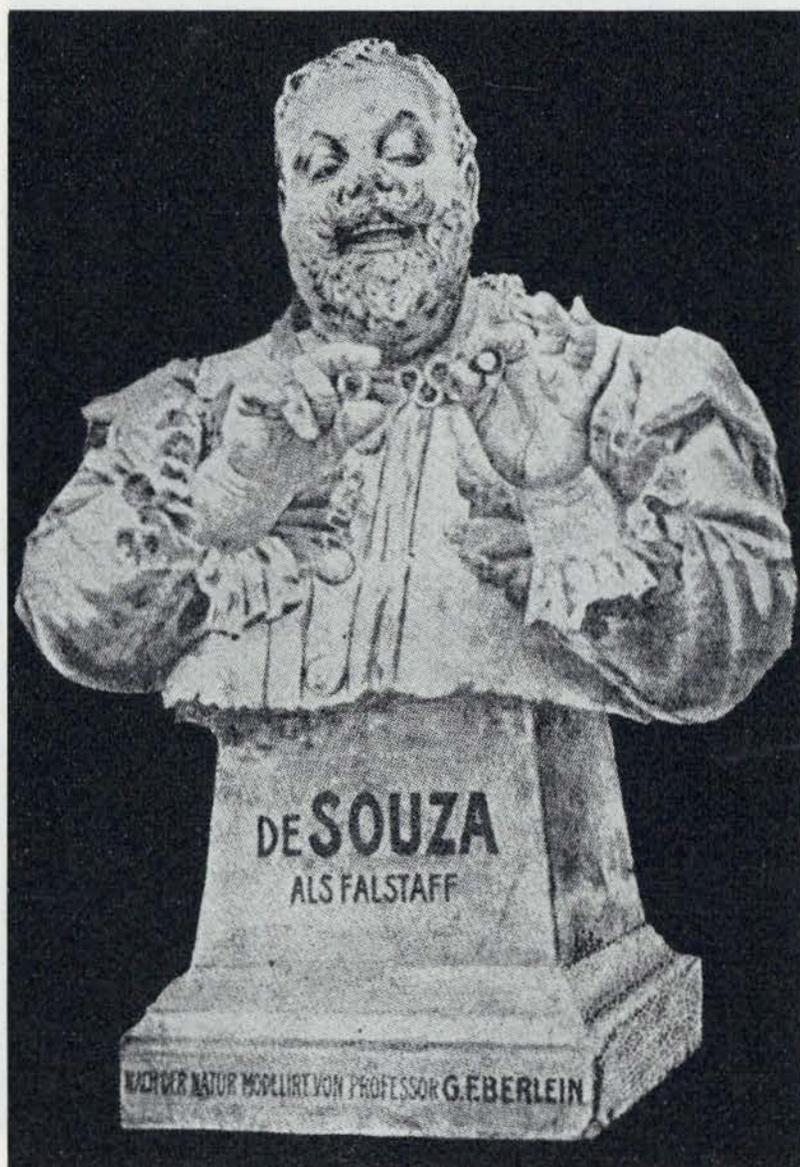
Simultâneamente com a sua actividade teatral, deu numerosos concertos na Alemanha, Holanda, outros países do norte da Europa, Estados Unidos da América, Brasil, etc. O seu maior triunfo foi, incontestavelmente, a interpretação do *Falstaff*, ópera que marca o apogeu da obra musicodramática de Verdi. Infelizmente, não lhe foi possível revelar-se por



Na cena final do Rigoletto

completo em Portugal em tão extraordinária faceta da sua carreira de cantor, pois apenas se fez apreciar no primeiro acto dessa obra-prima, e em circunstâncias pouco propícias, que passamos a esclarecer.

No antigo Teatro D. Amélia, depois República e mais tarde São Luiz, apresentou-se, em 1899, uma pequena companhia de ópera, que tinha como figura cimeira o nosso compatriota. O reportório era de simplicidade confrangedora, quanto ao número de óperas ou seus fragmentos: os *Palhaços*, um acto do *Fausto* e o 1.º acto do *Falstaff*. Permitia, no



Busto do artista, da autoria do escultor alemão G. F. Berlein

entanto, que o barítono Sousa Coutinho pudesse revelar o seu valor, que note-se sempre sobressaia na parte musical, em confronto com a actuação cénica. *Falstaff* e *Palhaços* foram duas das principais óperas deste artista tão considerado internacionalmente.

Decorrido pouco tempo, cantou-se a célebre partitura dos *Palhaços* no Coliseu dos Recreios, numa das companhias de ópera que habitualmente lá se exibiam. Coubera o papel de Tónio ao barítono Carbonell, logo substituído por Sousa Coutinho, que ainda se encontrava em Lisboa.

Inúmeras provas temos do apreço de que o distinto artista português gozava na Alemanha. Referido, em várias publicações, como «célebre barítono da Ópera de Berlin», viu ainda o seu busto modelado pelo prof. G. F. Berlein, em apreciável obra de arte que o apresenta na personagem de Sir John Falstaff.

Chico Redondo passou entre nós os últimos anos da sua vida, ensinando canto e tomando algumas iniciativas interessantes, no campo musical e da fina boémia. Sofrendo de grave doença cerebral, veio a falecer na Casa de Saúde do Telhal, no ano de 1924.



Bem mais extensa e brilhante foi a carreira do barítono Francisco de Andrade, que conquistou grande prestígio em muitas das mais exigentes cenas líricas estrangeiras. A sua coroa de glória foi precisamente a ópera *D. João*, de Mozart: os próprios alemães consideraram inultrapassável a sua interpretação — vocal e cénica — do papel do famigerado e lendário personagem. Não haverá certamente exagero na afirmação de que o grande cantor lisboeta foi a nossa maior figura do mundo lírico, depois de Luísa de Aguiar, conhecida por Luísa Todi, apelido que passou a usar após o seu casamento.

Também seu irmão, António de Andrade, se notabilizou como tenor, obtendo assinalados êxitos em vários países, designadamente em Itália, onde foi criador do papel de primeiro tenor da ópera de Puccini: *Le Ville*. O nome do nosso compatriota (como já foi notado por eminente personalidade do mundo da música) ficou assim ligado ao despontar — em 1884 — do talento do que havia de tornar-se compositor famoso e manter, junto do grande público internacional, até ao nosso tempo, a supremacia da ópera italiana. Prematuramente, porém, terminou a carreira

de António de Andrade, que, como seu irmão, se fizera ouvir em Lisboa no nosso primeiro teatro lírico. A surdez atacara-o implacavelmente.

Francisco de Andrade (1859 - 1921) estreou-se em San Remo, na ópera *Aida*, e, dado o agrado que despertou a sua interpretação da difícil parte de Amonasro, foi logo contratado para cantar no teatro Constanzi, de Roma, pelo célebre tenor Tamagno, então encarregado de constituir



Francisco de Andrade no Barbeiro de Sevilha, uma das suas notabilíssimas interpretações

elenco para récitas na capital. Andrade cantou então as óperas *Poliúto*, *Guilherme Tell* e *Trovador*, ao lado de notabilíssimos artistas, como a célebre Brambilla Ponchielli, mulher do grande compositor da *Gioconda*.

Começou, pouco depois, a maior intensidade da sua actuação internacional, em parte em companhia de seu irmão. Fez-se apreciar nos principais meios europeus, incluindo os países do norte da Europa e a Rússia. Em Londres actuou em várias óperas sucessivas, no *Convent Garden*. Do seu vasto reportório constavam umas cinquenta óperas. Quanto à sua famosa interpretação do *D. João*, é nota de subido interesse a menção de haver sido convidado oficialmente a colaborar nos grandes festivais mozartianos de Salzburg, tendo assim gozado de preferência sobre



O tenor António de Andrade

artistas alemães, dos quais, aliás, apenas aqueles que ocupam posição de relevo são escolhidos para tão afamadas representações.

A sua genial interpretação inspirou, por seu turno, vários artistas, como em elevado grau o considerado pintor retratista Max Sleeogt, autor da célebre tela «Andrade no último acto do *D. João*», conhecida pelo *Andrade negro*, para a distinguir de outra, igualmente obra do mesmo artista, o *Andrade branco*, risonho D. João dos salões.

Narra um dos panegiristas do famoso barítono, ter dito um dia um crítico que o *Andrade branco* representa uma cena de palco, mas que perante o *Andrade negro* não se pensa sequer em teatro. «É a torrente de impressões que Francisco de Andrade conseguiu dar interpretando o personagem: a impressão que trazemos para casa, a impressão que nunca tinha sido recebida em teatro algum, mas que devia ter sido assim, quando outrora D. João, o herói de inúmeras aventuras, recebeu o aperto de mão do seu hóspede. Assim, o quadro pertence à pintura histórica ou à representação de um passado lendário...».

J. E. SANTOS



ACTIVIDADE CULTURAL

de Setembro / Dezembro de 1970

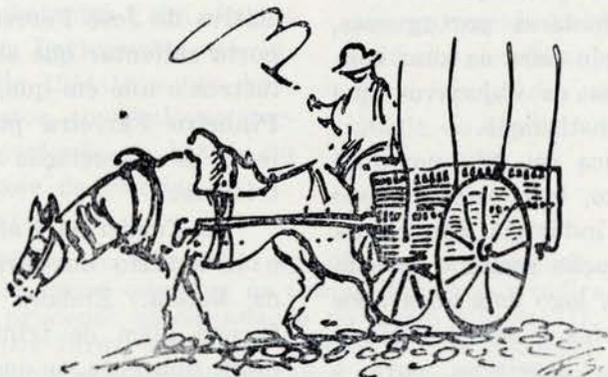
No mês de Outubro, por convite recebido da Exm.^a Câmara Municipal de Lisboa, o Grupo associou-se às realizações pela mesma Câmara promovidas; em 24 inauguração oficial das placas dando o nome da Rua Mécia Mousinho de Albuquerque na Junqueira, frente ao Hospital do Ultramar, em que pronunciou um discurso o nosso consócio Oliveira Martins. Seguidamente, o Presidente da Junta Directiva, por amável convite da nossa consócia D. Fernanda Mousinho de Albuquerque, também representou o Grupo numa missa mandada dizer por alma de sua Mãe na Capela do Hospital que lhe fica fronteiro e que foi dita pelo Reverendo Cónego José Correia de Sá (Asseca), e seguidamente na sessão que se realizou na Sociedade de Geografia de Lisboa, em que usou da palavra além de D. Fernanda Mousinho de Albuquerque, D. Vicente da Câmara que cantou e executou à guitarra algumas das composições da homenageada, sendo a seguir servido aos assistentes um lanche no restaurante da Sociedade. Em 25 inauguração do medalhão a Silvestre Pinheiro Ferreira, na estrada de Benfica, junto ao Jardim Zoológico. A esta realização associou-se o Grupo, representado pelo nosso consócio eng.^o Júlio Eduardo dos Santos. No mesmo dia, foi inaugurada a estátua de S. Vicente, do escultor Raul Xavier, tendo usado da palavra o Rev. Cónego Dr. Videira Pires; a esta realização associou-se o Presidente da Junta Directiva, representando o Grupo.

A 8 de Novembro foi visitado o Palácio da Justiça, na Rua Marquês de Fronteira, sendo o Grupo — igualmente acompanhado pelo Presidente da Junta Directiva — recebido pelo Sr. Dr. Manuel Fernandes, secretário-geral do Palácio. Na quinta-feira 26 e dias seguintes, foi visitada a Fábrica de Cervejas em Vialonga. Os visitantes, orientados pelo Sr. Henrique Paço d'Arcos, foram acompanhados pelos Srs. Inocêncio Castelhana e Dr. Francisco do Couto Santos.

A 29 do mesmo mês, reuniram-se no Hotel Mundial, grande número de associados, num almoço de confraternização, a que presidiu o Doutor Eduardo Neves, acompanhado por outros directores e laicado, durante o repasto, pelas Sras. D. Simone Olavo Correia de Azevedo e D. Christina Bérens Freire, tendo esta poetisa proferido alguns versos da sua autoria.

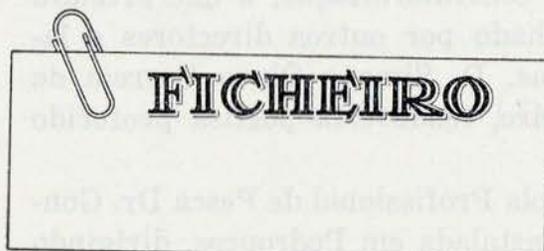
Em Dezembro foi visitada a Escola Profissional de Pesca Dr. Gonçalves de Proença, magnificamente instalada em Pedrouços, dirigindo a visita os Srs. Comodoro Valente de Araújo e Comandante Bandeira Ennes, directores da Escola.

E. N.





Feira da Ladra



59. *Banda de Música da Fábrica da Vista Alegre*

Vista Alegre, conceituada organização dedicada ao fabrico de porcelanas, que tem a sua sede em Lisboa, no largo Barão de Quintela, mantém na sua Fábrica em Vista Alegre (Íhavo), uma Banda de Música cujo historial não só é página brilhante no capítulo da promoção social e cultural dos trabalhadores portugueses, como deve ser exemplo para as suas congéneres, considerados os objectivos que presidiram à sua constituição.

Fundada a Fábrica em 1824 por José Ferreira Pinto Basto, logo este, visando o progresso da sua indústria, cónscio da importância da promoção social e da sua influência no futuro, logo dois anos após a fundação da Fábrica e sem ter ainda obtido os resultados desejados para o fabrico, criou um teatro e uma escola (esta para os filhos dos operários e onde se ensinava a ler, escrever e contar e também música) organizando ainda uma Banda de Música com elementos recrutados entre o pessoal fabril.

Visando a valorização dos seus colaboradores, José Ferreira Pinto Basto foi compreendido e seguido, como o comprova o facto de, decorrido cerca de século e meio, ser firme o propósito de integrar as camadas mais jovens dos seus trabalhadores em actividades fora do âmbito da própria indústria, a par do que se conservam em plena actividade as aulas de desenho, escultura e pintura, igualmente seculares.

A Filarmónica que conta 145 anos de existência, teve como primeiro regente José Vicente Soares (1826-28), pintor de porcelana, ao qual sucederam, até ao presente, nove regentes, um dos quais — Joaquim Martins Rosa — manteve-se meio século no seu posto.

Para melhor se avaliar o valor da iniciativa de José Ferreira Pinto Basto, importa salientar que ela antecedeu em três lustres o ano em que, em Paris, Silvestre Pinheiro Ferreira publicou o seu «Projecto de Associação das Classes Industriais».

No Tombo da Fábrica está arquivado o inventário dos primeiros instrumentos da Banda. Embora os executantes não fossem além de trinta, os instrumentos eram quarenta, o que evidencia o objectivo de possuírem uma reserva de instrumentos.

A título de curiosidade, revelamos que o valor desses instrumentos era de 146\$980, importância irrisória na época presente.

Nas suas deslocações pelo País, a Banda conta com a honrosa viagem a Lisboa, integrada no programa festivo do casamento do príncipe-herdeiro D. Carlos de Bragança, em 22 de Maio de 1886.

60. *Associação Operária de Palma e Arredores*

Em 1 de Junho de 1912, um grupo de trabalhadores fundou, em Lisboa, a Associação Operária de Palma e Arredores, cuja sede se tem mantido no n.º 213 da rua da Beneficência.

Os seus fundadores foram movidos pelo propósito da ilustração popular.

Além de outras actividades, a principal é a da escola primária criada e mantida — com os mais lisongeiros êxitos — para os filhos dos sócios.

Ao melhor aluno, todos os anos, é atribuído o prémio pecuniário «Pedro Pardal Monteiro», recordando um dos grandes beneméritos da colectividade, o que os seus descendentes continuam a manter.

61. *Liga dos Combatentes*

A Liga dos Combatentes é um símbolo de solidariedade dos Portugueses que lutaram na guerra de 1914-18 e que hoje abrangem todos quantos, em qualquer parcela do território português, se batem em defesa da integridade da Pátria.

Fundada em 1921 e oficializada em 29 de Janeiro de 1924, a Liga teve como fundadores os srs. João Jaime Faria Afonso — secretário geral da instituição desde a sua fundação — capitão de mar e guerra Horácio de Faria Pereira e tenente Joaquim de Figueiredo Minister que formaram a Comissão Organizadora.

Da primeira sede, na rua de S. Paulo, 260-1.º, passou a colectividade para o antigo Quartel General Territorial do Corpo Espedicionário Português, no Largo da Trindade, até à sua instalação, em edifício próprio, na rua João Pereira da Rosa.

A sua actividade abrange os aspectos assistencial e de beneficência, não só aos sócios, como às viúvas e órfãos dos que lutaram pela Pátria.

Na sede existe uma valiosa biblioteca com mais de dez mil obras, ao dispor dos seus milhares de associados.

Desde o culto da «*Chama da Pátria*» e do «*Soldado Desconhecido*» até ao culto pelos seus mortos, a Liga dos Combatentes é um dignificante exemplo de solidariedade nacional bem patente na obra de assistência que realiza e cujo montante atinge verba elevadíssima, obra que se espraia pela Casa das Filhas dos Soldados, modelar internato para raparigas, instalado em edifício próprio na cidade do Porto.

Zacarias da Silva

NOTA — Embora, no tocante às «gralhas» — antipáticas e por vezes comprometedores elementos da fauna que vive no campo das artes gráficas — a benevolência do leitor, seguindo a prudente recomendação do nosso clássico D. Francisco Manuel de Melo, as castigue por forma adequada sempre que as encontre, não nos privamos de aqui assinalar duas delas que «ilustraram» a ficha n.º 57 referente à Academia de Amadores de Música, publicada no número anterior de *Olisipo*.

Ao referirmos as suas sedes, assinalamos uma na rua de D. Pedro V que veio indicada, indevidamente, como na rua de D. Pedro I, que não existe na cidade, e, ao referirmos ilustres colaboradores da referida Academia, entre outros, citamos o nome do saudoso maestro Pedro Blanch e não Pedro Black, como lá vinha.

Sem empenho pela defesa das «gralhas», sempre diremos que as apontadas tiveram o mérito de evocarmos de novo a Academia de Amadores de Música, D. Pedro V e Pedro Blanch. — Z. S.

ÍNDICE

DO 33.º VOLUME

1970

Actividade Cultural de Janeiro a Março de 1970	33
Idem, de Abril a Agosto de 1970	93
Idem, de Setembro a Dezembro de 1970	122
Alberto Gomes: Homenagem à sua Memória	45
Almoço Comemorativo do 34.º Aniversário do Grupo	31
Augusto Vieira da Silva (A Propósito do Centenário do Nascimento do Coronel de Engenharia) — Palavras proferidas na sessão solene comemorativa, de 29 de Janeiro de 1970, pelo <i>Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves</i>	12
Corpos Directivos e Secções de Estudo para o Triénio de 1970-1972	28
Em defesa do Valor Artístico dos Templos da Capital — Representação enviada pelo Grupo a Sua Eminência o Cardeal Patriarca e respectiva resposta	3
Discurso do Presidente da Junta Directiva no Acto de Posse dos Corpos Gerentes	59
Doces Lembranças do Convento de Odivelas, pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soro-menho</i>	69
Feira da Ladra	41, 57 e 124
Monterroio Mascarenhas, Criador do Jornalismo Português de Ampla Informação (Breve Evocação do Lisboeta), pelo <i>Eng.º Júlio Eduardo dos Santos</i>	86

Obras Literárias Recebidas	40
Palavras Proferidas no Almoço Comemorativo do 34.º Aniversário do Grupo pelo Presidente da Junta Directiva, <i>Doutor Edurado Neves</i>	31
Idem, pelo Director-Tesoureiro, Fernando Dias Pereira	32
Pedro Álvares Cabral (A Sepultura de P. A. C. na Igreja da Graça, de Santarém, e o Cenotáfio do Panteão Nacional, de Lisboa) — excerto de uma comunicação do <i>Eng.º Júlio Eduardo dos Santos</i>	16
Plano Director de Lisboa — Resposta da Ex. ^{ma} Câmara Municipal à Mensagem do Grupo acerca do Assunto	10
Poemas de Júlio de Castilho e de Outros Portugueses, dos quais Sete Lisboetas, Traduzidos em Sueco [no final do século XIX], pelo <i>Eng.º Júlio Eduardo dos Santos</i>	61
Poesias Olisiponenses:	
Justas na Rua Nova, de <i>Júlio de Castilho</i>	22
Querida Lisboa, por <i>Christina Bérens Freire</i>	68
Saudação, por <i>Basilio Gil Fernandes</i>	34
O Povo «Campaniforme» na Península de Lisboa, pelo <i>Dr. Veiga Ferreira</i>	47
Recordando dois Notáveis Cantores Lisboetas (D. Francisco de Sousa Coutinho e D. Francisco de Andrade), Grandes Intépretes de «Falstaff» e de «D. João», Óperas de que Actualmente o Teatro Nacional de S. Carlos está apresentando Novas Encenações, pelo <i>Eng.º Júlio Eduardo dos Santos</i>	113
Relatório da Junta Directiva referente ao Ano de 1969 e ao Triénio de 1967/69 e Parecer da Comissão de Contas relativo ao Exercício de 1969	23
Silvestre Pinheiro Ferreira: Ainda a Propósito do Bicentenário do Nascimento do Insigne Polígrafo e Estadista Lisboeta: o seu Papel de Precursor Evidenciado no Projecto da «Associação das Classes Industriais»	107
O Teatro do Ginásio, por <i>Luís de Oliveira Guimarães</i>	53
Capas:	
N.º 129 — Olivais: Antiga Sede da Sociedade Filarmónica (Já demolida) — Desenho de <i>J. A. Videira</i>	
N.º 130 — O Lago de S. Pedro de Alcântara — <i>Idem</i>	
N.º 131 — Igreja de S. João de Deus (Dia da Inauguração) <i>Idem</i>	
Vinhetas de <i>J. A. Videira</i> e <i>Figueiredo Sobral</i>	

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.^a livros sobre
todos os assuntos escritos nas
principais línguas europeias

Damos informações biblio-
gráficas e aceitamos enco-
mendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns

Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2



VISTA ALEGRE

Porcelanas



LOJAS:

Largo do Chiado, 18 — LISBOA
Av. Navarro, 42 — COIMBRA
R. Cândido Reis, 18 — PORTO
R. St.^a Isabel, 21 — PORTIMÃO

SEDE

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.º

LISBOA

^A **LEGAL & GENERAL**

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm dado para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas

Correspondente:

MIL MILHÕES DE LIBRAS

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

RAMOS
AFONSO
&
MOITA
LIMITADA

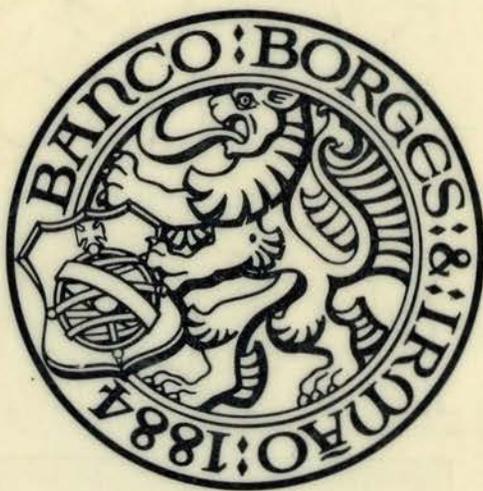


OFICINAS
GRÁFICAS

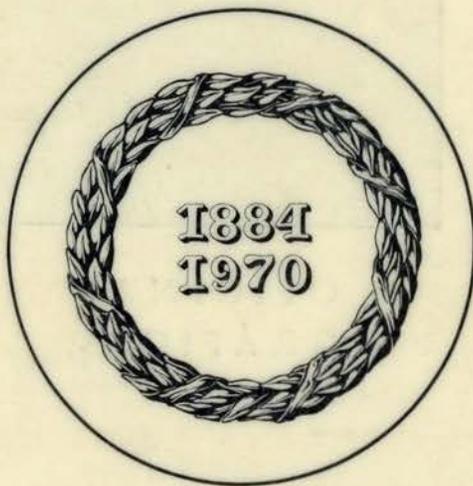


Rua de "A Voz do Operário" 5-A Tel. 86 30 74/5 LISBOA-2

**TRADIÇÃO E
PROGRESSO**



Banco Borges & Irmão



**PORTO: RUA SÁ DA BANDEIRA, 20
LISBOA: LARGO DE S. JULIÃO, 1 a 7
AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS
CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO**